

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

THE MANAGERIAL COUNTER-REFORM IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO AND EDUCATION

Ramon Mendes da Costa Magalhães ¹

Resumo

O objetivo desse estudo é demonstrar o processo de desenvolvimento da contrarreforma gerencial no estado do Rio de Janeiro numa perspectiva histórica, apontando as ações das frações de classe da burguesia para reestruturar o estado em seu caráter amplo e de forma específica na educação. Compreendemos que a contrarreforma do estado do Rio de Janeiro ocorreu alinhada a contrarreforma do Estado brasileiro, sendo que o estado do Rio de Janeiro se tornaria um laboratório para aplicação de medidas de gerencialismo, para expansão do capital privado nas mais diversas áreas, como a educação, alterando as políticas curriculares, a gestão e o trabalho docente.

Palavras-chave: neoliberalismo; trabalho docente; políticas educacionais.

Abstract

The objective of this study is to demonstrate the development process of the managerial counter-reform in the state of Rio de Janeiro in a historical perspective, pointing out the actions of the bourgeoisie's class fractions to restructure the state in its broad character and specifically in education. We understand that the counter-reform of the state of Rio de Janeiro was aligned with the counter-reform of the Brazilian state, and the state of Rio de Janeiro would become a laboratory for the application of managerial measures, for the expansion of private capital in the most diverse areas, such as education, changing curriculum policies, management and teaching work.

Keywords: neoliberalism; teaching work; educational policies.

¹ Professor de Educação Superior da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Carangola/MG, e da rede municipal de educação de Duque de Caxias. É doutor em Educação pelo Programa de Pós graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEDUC-UFRRJ). Possui Mestrado em Educação e graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: ramon_mc_magalhaes@hotmail.com

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

A contrarreforma² gerencial do Estado brasileiro, iniciada na década de 1990, consolidou a dominação burguesa no Brasil, envolvendo novas formas de obtenção de consenso e de coerção, garantindo a hegemonia sob a classe trabalhadora, bem como a reestruturação do Estado e das políticas educacionais.

O bloco no poder, constituído pelas frações de classe burguesa, ao longo das décadas anteriores, se movimentou em torno do processo de urbanização e de industrialização nacional, dando uma nova direção ao projeto de sociabilidade burguesa nacional influenciado pela mundialização do capital e pelo avanço neoliberal que gira em torno do padrão de acumulação toyotista/acumulação flexível.

O novo bloco histórico que se foi constituindo no início do século XX mantém até os dias atuais suas características essenciais. No plano econômico, a reprodução ampliada do capital – sob direção do grande capital, a partir do emprego diretamente da ciência e da técnica –, a expropriação crescente do trabalho pelo capital e a extração da mais-valia, por intermédio da intensidade do trabalho e do aumento da produtividade da força de trabalho. No plano político, um Estado que intervém nos rumos da produção e nas relações político-sociais com vistas à legitimação dos padrões de relações sociais vigentes (NEVES, 2005, p. 20).

Nesse contexto de contrarreforma do aparelho de Estado brasileiro, houve também a expansão dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH)³ da burguesia na sociedade civil

aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem sucedida – **de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas** durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no Welfare. **As chamadas “reformas”** da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como “emergentes”) – **têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado**”. Neste sentido, compreendemos a contrarreforma enquanto um momento de restauração dos princípios mais radicais do liberalismo, do livre mercado, retirando os ganhos sociais da classe trabalhadora decorrente das lutas de classe dentro do processo histórico.

³ Para Martins, Souza e Pina (2020) os Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) “são organizações privadas que se formaram em torno de uma determinada concepção de mundo para substituir as instituições públicas no tratamento da “questão social”; dada a sua natureza privada, portanto, não são plurais e nem podem ser confundidas como de “interesse público”. Além disso, para que atendam às exigências legais, essas organizações precisam seguir parâmetros da gestão administrativa das empresas privadas tradicionais (p. 16-17)”.

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

contribuindo direta ou indiretamente com a manutenção da ordem burguesa, de modo que sua atuação buscava humanizar as relações de produção e social entre capital e trabalho.

O projeto de contrarreforma do Estado previa “a implementação de reformas estruturais como os processos de privatização, de liberação de importações, de desregulamentação da economia e o corte nos gastos públicos (OLIVEIRA; DUARTE, 2005, p. 284)”, o que se concretizou no final do século XX e início do século XXI, aumentando ainda mais a exploração da classe trabalhadora, as desigualdades sociais e a concentração de renda no país.

O bloco no poder redefiniu as funções do Estado para atuar sob novas bases e obter o consenso junto à massa trabalhadora, a fim de instaurar a nova sociabilidade burguesa exigida pelo capital mundializado. E as contrarreformas gerenciais não se limitaram ao âmbito nacional, ela se capilarizou pelos entes federativos, envolvendo estados e municípios. As frações de classe da burguesia dentro de cada estado se organizaram e de forma relacional iniciaram as contrarreformas nos estados.

Assim sendo, o objetivo desse estudo é demonstrar o processo de desenvolvimento da contrarreforma gerencial no estado do Rio de Janeiro numa perspectiva histórica⁴, apontando as ações das frações de classe da burguesia para reestruturar o estado em seu caráter amplo e de forma específica na educação.

Para compreender esse processo, tomamos como método o materialismo histórico-dialético para atingir um conhecimento que permita avançar para além das aparências fenomênicas, em direção à progressiva e histórica compreensão da realidade (KOSIK, 1976). Buscamos explicitar a relação de causalidade, do fenômeno com a essência, do todo com as partes, dentro da realidade social concreta e real, no qual a contrarreforma gerencial do estado do Rio de Janeiro buscou-se materializar.

Para isso, dividimos nosso estudo em 3 partes: “A contrarreforma gerencial no estado do Rio de Janeiro”, com a finalidade de explicitar esse processo de forma mais específica no estado do Rio de Janeiro; “A contrarreforma educacional no estado do Rio de Janeiro”,

⁴ Adotamos como delimitação temporal o período entre a década de 1990 e o ano de 2018, final dos governos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

destinado a apresentar as contrarreformas na área educacional do estado do Rio de Janeiro, e; “Conclusão”, apontando nas considerações finais.

A contrarreforma gerencial no estado do Rio de Janeiro

A contrarreforma gerencial no estado do Rio de Janeiro ocorre de forma relacional a nacional iniciada no início dos anos 1990, ambas materializadas no plano econômico, político e social. Segundo Pinto, Branco e Azem (2009, p.4), o estado “ingressou no processo de reformas no governo Marcello Alencar (1994–1998), quando foi implementado o denominado Programa Estadual de Desestatização, envolvendo diversas empresas estatais [...], além de concessões de rodovias do Estado (RJ 116 e Via Lagos)”, coadunando com a política nacional, sob justificativa de que as empresas estaduais produziam déficit, ou seja, não eram eficientes e nem eficazes. Para os autores, os sucessivos governos (Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho) não avançaram no processo de reformar o estado, visto que consideraram que as concessões e as privatizações realizadas “tornavam desnecessárias quaisquer outras mudanças profundas na administração pública estadual” (PINTO; BRANCO; AZEM, 2009, p. 4).

No entanto, Graça e Santos (2009) demonstram que, no governo Rosinha Garotinho (biênio 2003-2004), houve uma série de projetos de leis e decretos categorizados como “Incentivos Fiscais Tributários” e “Incentivos Fiscais Financeiros”, desobrigando o pagamento de tributos e criando programas de financiamento de empresas a partir do fundo público.

São exemplos de programas que concediam incentivos fiscais tributários: RIOINVEST, RIOPORTOS, entre outros.

São exemplos de programas voltados a conceder incentivos fiscais financeiros os seguintes: FUNDES, RIOMETAL, RIOAEROTEC, RIOGRAF, entre outros (GRAÇA; SANTOS, 2009, p. 38).

Como podemos observar, a contrarreforma do estado do Rio de Janeiro, no governo Rosinha Garotinho, maximizaria as ações em prol do capital privado, financiando e não tributando empresas em diversos setores da economia. Já no primeiro governo de Sérgio Cabral (biênio 2007-2008), buscou-se estabelecer uma relação com o capital através da concessão de autorizações de empréstimos que autorizava “o Executivo buscar em entidades financeiras,

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

nacionais ou internacionais, recursos para desenvolver programas específicos” (GRAÇA; SANTOS, 2009, p. 39).

Outra ação do Governo Sérgio Cabral, ligada ao empresariado, foi a criação do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – PROPAR, cujo objetivo seria “permitir parcerias com o setor privado para o desenvolvimento de melhorias na infra-estrutura, através de gestão e investimentos conjuntos” (GRAÇA; SANTOS, 2009, p. 41), favorecendo, mais uma vez, a materialização de projetos empresariais dentro do aparelho estatal. Dentro do projeto de minimalista de Estado, o mesmo governo criou o Programa de Reestruturação Fiscal do Estado – REFERJ, que teria como objetivo de reformar o processo de governança de receitas do estado do Rio de Janeiro, bem como recapitalizar a agência de fomento e de investimentos do estado – INVESTE RIO, de modo a garantir ao empresariado maior segurança e previsibilidade dentro das “parcerias” (GRAÇA; SANTOS, 2009). Nota-se, que a contrarreforma do estado do Rio de Janeiro buscaria possibilitar uma maior atuação do empresariado dentro da ossatura do Estado, garantindo financiamentos, isenções e segurança financeira para desenvolver seus projetos nas mais diversas áreas (educação, saúde, transportes, gestão, urbanização de favelas, segurança, dentre outros).

Outras ações relacionadas a contrarreforma gerencial do estado do Rio de Janeiro seriam realizadas no governo Sérgio Cabral, tendo com documento orientador o “Plano Estratégico do Governo do Rio de Janeiro 2007-2010”, visto que o próprio governador se propôs a ser um agente reformador da estrutura do Estado (GRAÇA; SANTOS, 2009). Nesse sentido, Graça e Santos nos apresentam, de forma resumida, a proposta do plano:

De forma resumida, o Plano Estratégico do governo busca realizar uma reforma estrutural do setor público nos seguintes termos:

- na economia, estabelecer equilíbrio orçamentário no longo prazo, trazendo transparência e previsibilidade para o cenário. Fortalecendo a **gestão fazendária** através da reestruturação de uma série de seus instrumentos.

- na administração, **realizar uma reforma gerencial profunda, trazendo para dentro do setor público um conjunto de novos paradigmas administrativos do setor privado, estabelecendo parcerias com a iniciativa privada e fortalecendo o planejamento estadual em conjunto com a qualidade de seus servidores.**

- Além dessas vertentes importantes, o plano estratégico se baseia em estabelecer uma nova política de segurança pública, investimentos e de transporte público. A primeira baseada em tecnologia da informação, o uso estratégico das estatísticas e a retomada das comunidades, a segunda procura **combinar essas ações com investimentos públicos e privados na realização de ações comunitárias de integração e**

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

melhorias das comunidades pelo PAC, por último, o transporte público é foco de ações como a melhoria e expansão do metro e a construção do Arco Metropolitano (GRAÇA; SANTOS, 2009, p. 49-49, **grifos nossos**).

Como podemos observar no resumo dos autores, o plano de metas apresenta, em suas formulações, concepções diretamente ligadas ao capital, trazendo para dentro do domínio público as práticas gerenciais e administrativas do setor privado, alterando a própria relação entre o público e o privado, uma vez que os redirecionamentos de recursos passariam a ser travestidos de “parcerias”⁵.

Pinto, Branco e Azem (2009), ajudam a compreender melhor esse plano ao listar as ações desenvolvidas pelo governo Sérgio Cabral em 3 vetores, que se relacionam, a saber: Organizacional; Fiscal; Sistemas Corporativos de Gestão.

As ações realizadas no vetor Organizacional foram:

- a) Plano Estratégico: 43 projetos ditos estruturantes e prioritários;
- b) Programa de Desligamentos: essa ação envolveria 13 (treze) sociedades de economia mista e empresas públicas do Estado, ocasião em que se procuraria adequar as lotações atuais de pessoal às respectivas lotações ideais, tendo sido adotado o mecanismo de incentivo à demissão.
- c) Diminuição do Número de Secretarias e de Cargos Comissionados;
- d) Criação de Fundações Públicas de Direito Privado: principalmente para atividade de saúde como área de atuação estatal sujeita a desempenho por fundação pública de direito privado, que se imagina tenham maior liberdade gerencial para o atingimento das metas das políticas públicas de saúde.
- e) Fusões de Entidades: na administração indireta, houve a fusão e incorporação de sete entidades, que resultaram em apenas três.

⁵ Utilizamos no artigo o termo “relação” para descrever o que o empresariado e as frações no poder denominam de “parceria”, apesar desse termo aparecer no artigo em certos momentos entre “aspas”. Nossa compreendemos, se sustenta nas elaborações de Martins, Souza e Pina (2020, p. 10) que demonstram que “o termo parceria é insuficiente para qualificar o conteúdo histórico da relação público-privada”. Neste sentido, a relação entre o público e privado formariam uma unidade dialética contraditória, visto que ambos possuem características, fundamentos, interesses e finalidades históricas divergentes e até mesmo inconciliáveis, mas que na realidade concreta não se anulam. Assumimos, assim como os autores, que “a relação entre eles é engendrada por uma profunda contradição e não pela convergência como o termo parceria sugere (MARTINS; SOUZA; PINA, 2020, p. 10)”.

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

f) Contratos de Gestão

Além dessas ações realizadas, os autores listam outras ações que estavam, naquele momento, em andamento e que, na atualidade, podemos ver materializadas:

- a) Reestruturação de Estatais: está em curso o estudo de reestruturação de doze empresas públicas e sociedades de economia mista, que poderá redundar em cisões, fusões, incorporações, extinções e privatizações⁶.
- b) Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados: destaque para o Novo Sistema de Recursos Humanos que promete modernizar toda a área de cadastro e despesa de pessoal do Estado.
- c) Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público: Criação de Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)⁷.

Em relação ao vetor Fiscal, as ações realizadas seriam:

- a) Gestão Matricial de Despesas: programa de modernização da gestão pública⁸, que visou a obtenção de melhorias de gestão e de ganhos significativos em termos de competitividade e de eficiência, executado em parceria com entidades e órgãos da Administração Pública, viabilizando a transferência de conhecimentos gerenciais e metodológicos com o envolvimento direto de servidores públicos e o auxílio de consultores especializados que, devidamente capacitados, passariam a atuar como agentes multiplicadores⁹.

⁶ Um caso mais recente foi a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE).

⁷ Amplamente presente no estado do Rio de Janeiro, principalmente na gestão de hospitais.

⁸ Cabe salientar, que o programa foi desenvolvido dentro da Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) através da Gestão Integrada da Escola (GIDE).

⁹ O programa foi concebido a partir da identificação da existência, na cultura gerencial do estado, do desconhecimento ou inexistência: i) do que é gasto em cada área e onde estão as oportunidades de economia ou otimização da utilização dos recursos; ii) de padronização na utilização dos recursos (regras, políticas, etc); iii) da eficácia da aplicação dos recursos (benefícios); de uma gestão mais apurada dos contratos firmados, dos objetos e formas de contratação e da padronização no processo de contratação; iv) da necessidade de otimizar-se os processos de compras e incrementar-se o uso de modalidades de compra que permitam o “bom comprar”; e v) de um sistema de gestão corporativo para despesas, com acompanhamento sistemático de resultados (PINTO; BRANCO; AZEM, 2009, p.11-12).

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

- b) Reestruturação de Estatais: a reestruturação seria parte de um programa de ajuste fiscal.
- c) Descentralização do Sistema Orçamentário: agiria como instrumento auxiliar ao Ajuste Fiscal das Secretarias e as Entidades Vinculadas (para todas as Unidades Gestoras do Governo do Estado do Rio de Janeiro).

Além dessas ações realizadas, estaria em andamento uma Auditoria da Folha de Pagamento. Para finalizar, as ações decorrentes do vetor de Sistemas corporativos de gestão, seriam:

- a) Sistema de Informação de Gestão Estratégica: o sistema desempenharia o papel principal de fornecer todo o apoio necessário aos gerentes dos projetos para tomada de decisões, a superação de entraves e a identificação de soluções para os projetos estruturantes e prioritários;
- b) Sistema de Gestão Patrimonial;
- c) Sistema Integrado de Gestão de Aquisições;
- d) Sistema de Gestão Orçamentária;
- e) Sistema de RH;
- f) Projeto de Identidade Funcional.

Como podemos observar, a contrarreforma do estado do Rio de Janeiro envolveria, principalmente, uma reestruturação do Estado, objetivando reduzir suas funções à formas de gerenciamento e controle fiscal por meio da diminuição de pessoal, de empresas públicas e de gastos públicos, abrindo espaço para a maior participação do setor privado, seja nos processos gerenciais ou de consultoria, para uma suposta melhoria na eficiência, efetividade e eficácia dos serviços públicos, além da ação direta de empresas no controle de políticas públicas e na aquisição de equipamentos de prestação de serviços públicos.

Outra ação desenvolvida, que mostraria o objetivo do governo de Sérgio Cabral em gerir uma contrarreforma do estado do Rio de Janeiro, foi o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - Pró-Gestão, que objetivava, a partir de um orçamento de R\$ 70 milhões, dos quais 70% deveriam ser objeto de financiamento pelo Banco Mundial,

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

reformular o Estado, modernizar a gestão pública estadual e impulsionar a modernização gestão pública municipal (PINTO; BRANCO; AZEM, 2009). Segundo os autores, esse programa teria especificamente os objetivos de:

- a) **Reforma do Estado**, contemplando sistemática de **gestão por resultados** e redesenho da administração direta e indireta, objetivando, de um lado, o **comprometimento dos órgãos públicos com os resultados** de suas ações finalísticas, e, de outro, o **enxugamento da máquina pública**;
- b) **Modernização da Gestão Pública Estadual**, através de ações em: gestão patrimonial; gestão documental; capacitação de servidores; gestão do contencioso fiscal e gestão previdenciária. Tudo isso objetivando, dentre outras coisas, **aumento de receita e racionalização do gasto**. Além disso esse conjunto de ações contempla a implantação de bases de dados sócio-econômicos como ferramental essencial nas atividades de planejamento e de atração de investimentos, envolvendo as instâncias estadual e municipal;
- c) **Modernização da Gestão Pública Municipal**, através do apoio do Estado no desenvolvimento e disponibilização, aos municípios fluminenses, de ferramentas de TI para aprimoramento da implantação de políticas públicas, dentro do princípio elementar que um estado só será desenvolvido economicamente se seus municípios também o forem (PINTO; BRANCO; AZEM, 2009, p. 23, **grifos nossos**).

Mais uma vez, fica clara a intencionalidade do governo em conduzir o Estado a um Estado mínimo dentro dos preceitos neoliberais e do livre mercado, principalmente os ligados à lógica produtivista pautada em resultados e no enxugamento da máquina pública, reduzindo também gastos em políticas públicas. Ademais, foi objetivado que esse modelo seria implementado nos municípios, aumentando a capilaridade do capital dentro da ossatura do Estado, de modo a contribuir com o desenvolvimento econômico.

Sobral (2017b), aponta que o Estado do Rio de Janeiro, fortemente pressionado pelo governo federal, tem tentado impor uma alteridade fiscal indiscriminada, para que o estado sirva de exemplo e laboratório para os demais entes subnacionais. Essa tentativa tem refletido na “interrupção de políticas públicas e precarização (senão sucateamento explícito) de instituições de excelência e prioritárias para as massas populares” (SOBRAL, 2017b, p. 57). O autor acrescenta, em outro artigo, que a gestão estadual alinhada ao governo federal levou a desvalorização dos serviços públicos, o atrofiamento das políticas estratégicas e a desatenção à debilidade da estrutura econômica, impedindo a reestruturação do estado e o desenvolvimento produtivo (SOBRAL, 2017a).

Essa orientação política, limitando-se a aspectos contábeis, aumentaria o drama socioeconômico, fragilizando financeiramente o poder público do estado do Rio de Janeiro sem

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

concretizar uma modernização da administração tributária combinada a uma reorganização de planos de ações estratégicas e emergenciais, como era previsto (SOBRAL, 2018). Assim sendo, a adoção do “programa de recuperação fiscal” do governo federal, em 2017, que se pautava no ajuste fiscal, aliada à crise política, administrativa e institucional do estado do Rio de Janeiro, na qual diversos casos de corrupção foram evidenciados, muitos decorrentes da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, e que alcançou diversos partidos políticos, sobretudo o grupo do ex-governador Sérgio Cabral do PMDB¹⁰ (PINTO, 2019), tem sido a justificativa para contrarreforma do estado no preceitos neoliberais, com a diminuição de concursos e a ampliação das terceirizações com “parcerias” público-privadas.

Para Sobral (2020), o estado do Rio de Janeiro teria uma máquina pública ainda pouco estruturada, o que distancia o Estado de uma execução ótima, sendo isso uma condição para não se questionar seu tamanho. Entretanto, essa situação não é levada em consideração. O que temos observado é o avanço das políticas neoliberais, a diminuição do Estado e dos serviços públicos e o avanço de contrarreformas, como na educação, que discutimos a seguir.

A contrarreforma educacional no estado do Rio de Janeiro

As contrarreformas educacionais no estado do Rio de Janeiro emergem juntamente com as nacionais, no final do século XX. Elas envolveriam mudanças nos currículos, na gestão das escolas, no controle do trabalho docente, nos sistemas avaliativos e nas relações com o setor privado. Uma das primeiras manifestações dessas contrarreformas, ocorreria com o Programa de Reestruturação da Educação pública – Programa Nova Escola – desenvolvido pelo governo Anthony Garotinho, que instaurou um sistema de bonificação por desempenho, associado aos métodos de avaliações sob a lógica competitiva (SILVA, 2012).

Em 2007, ao assumir o governo, Sérgio Cabral (2007-2013) comprometeu-se a realizar uma série de mudanças no sistema educacional do Rio de Janeiro, uma vez que os secretários

¹⁰ Segundo Pinto (2019, p.347), “com a crise, a administração estadual adotou expressivo programa de austeridade (forte redução das despesas primárias de 64,5 bilhões em 2014 para 52,1 bilhões de reais) imposto pelo “programa de recuperação fiscal” do governo federal, sem que isso gerasse expressiva alteração nos déficits primários das contas estaduais”.

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

de educação “assumiram o cargo orientados pelo discurso de produtividade e eficiência exigidos pelas novas demandas da sociedade” (SILVA, 2012, s.n.). Aliado a isso, no estado do Rio de Janeiro, “a Lei nº 5.068/2007 instituiu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (Propar), destinado a promover a realização de parcerias público privadas em diferentes áreas, dentre elas, a educação” (SILVA, 2018, p.269), como já apontado. A partir disso, a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) criou o Programa Dupla Escola¹¹, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (Sdeis), que materizaria as propostas de “parcerias” público-privadas através do Ensino Médio Integrado, apresentado com uma formação profissional e técnica (SILVA, 2018).

Esse Programa Dupla Escola, juntamente com o Solução Educacional proposto pelo Instituto Ayrton Senna (IAS), pretendia sistematizar inovações curriculares no Ensino Médio, mudando a organização curricular, de modo a atender os interesses de formação humana da classe dominante.

O Programa Dupla Escola chegou a possuir 8 escolas nessa modalidade de Ensino Técnico Integrado à Educação Profissional, somados a mais 5 escolas na modalidade Ensino Médio Articulado à Educação Profissional e 5 escolas na Ensino Médio Intercultural (SILVA, 2018). Essas escolas teriam de estabelecer parcerias com os mais diversos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, conforme nos apresenta Silva (2018): Instituto Oi Futuro; Instituto Grupo Pão de açúcar e Cooperativa Central de Leite (CCPL); TKCSA/*Englishtown*; Embratel, Fundação Xuxa Meneghel; Instituto Confucius-PUC Rio / Centro Cultural Brasil-Turquia (CCBT)/ Instituto Brasil- Argentina; ONG Kinder do Brasil e OIA (O Instituto Ambiental); Instituto Bélgica; Lafarge; Inmetro; Grupo Libra, Petrobras, Multiterminais, Estaleiro Paraguaçu e Senai; Lojas Americanas/Senac; Grupo PSA (Peugeot, Citroën e DS), Senai Rio e RioSolidário; Consulado Geral da França no Rio de Janeiro/Academia de Créteil; Consulado Geral dos EUA no Rio de Janeiro/ *Prince George’s County Public Schools*; Ministério da Cultura e Esporte da Espanha; Instituto Confucius/ Consulado Geral da China no Rio de Janeiro/BG Brasil/Firjan/*Englishtown*; Centro Cultural Brasil – Turquia.

¹¹ Para aprofundar sobre a discussão do Ensino Médio Integrado no estado do Rio de Janeiro, consultar a tese de Silva (2018).

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

Já a vertente Solução Educacional, nas modalidades Ensino Médio Referência e Ensino Médio Nova Geração, contariam, até 2017, com 60 escolas ligadas ao SEBRAE e ao IAS. Além disso, haveria, ainda, no estado do Rio de Janeiro, 7 unidades escolares da rede pública de ensino para oferecer formação geral não profissionalizante, nas quais haveria uma formação complementar em cursos livres oferecidos em “parcerias” com a Firjan/Sistema Senai (SILVA, 2018).

Em contrapartida, observou-se o fechamento de 363 unidades escolares entre 2008 e 2017, o equivalente a 23,6% do total de escolas existentes em 2008 (2008= 1.537 escolas; 2017= 1.256 escolas). Esse movimento de ampliação de escolas com “parcerias” públicos-privadas e o fechamento de escolas, sob a justificativa de um processo de “otimização” da rede de ensino, segundo Silva (2018, p. 309), “nada mais é do que um assentimento que segue a cartilha da “eficácia” e do “ajuste justo” tão propagandeado pelo Banco mundial ao sugerir a reestruturação das redes públicas e o enxugamento do orçamento público”.

Vinculado a esse processo de privatização e fechamento de escolas, o Secretário de Educação Wilson Risolia lançaria, no ano de 2011, um plano de metas para a educação, com cinco frentes de trabalho, pautadas “pelo caráter economicista e tecnocrático, e pela superficialidade das medidas propostas” (FRIGOTTO *et al.*, 2011, p. 10). Constavam nessas metas, a implantação de seleções meritocráticas de gestores, avaliações periódicas, metas de desempenho a partir dessas avaliações para a concessão diferenciada de gratificações aos professores e de revisões de licenças médicas (FRIGOTTO *et al.*, 2011).

Em relação ao currículo o estado do Rio de Janeiro, em 2010, a SEEDUC elaborou um novo documento curricular para substituir a Reorientação Curricular de 2006, no qual buscava adequar o currículo às referências oficiais como: os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Matriz de Referência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a Matriz de Referência do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ) e Matrizes de Referência da Prova Brasil e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (MAGALHÃES, 2018). No entanto, em 2011, a SEEDUC lançou o Currículo Mínimo como parte do novo programa de educação do estado. O Currículo Mínimo, teria seu foco nos resultados que deveriam ser obtidos “com a implementação do currículo, associado às avaliações de larga escala, deixando a cargo do professor os métodos utilizados para o alcance

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

desses resultados, mas salientando as competências e habilidades que deveriam ser desenvolvidas pelos alunos” (MAGALHÃES, 2018, p. 1026).

Assim sendo, Magalhães (2018) compreendeu que o Currículo Mínimo assumiu a Pedagogia das Competências como mecanismo de reprodução e adaptação dos indivíduos às necessidades do capital, tanto relacionados ao mercado de trabalho quanto à adequação de comportamentos à sociabilidade burguesa.

Outro importante aspecto da contrarreforma educacional no estado do Rio de Janeiro foi a relação estabelecida com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), criado em 2003, pelos engenheiros Vicente Falconi e José Martins Godoy, que mudou de nome para Falconi Consultores de Resultado. Essa APH, que atuaria junto ao estado na “sistematização e divulgação do novo modelo de gestão escolar, materializado no sistema de Gestão Integrada na Escola (GIDE)¹²” (SILVA, 2017, p. 14), foi implementada na rede estadual de educação do estado do Rio de Janeiro.

Em relação a GIDE, Lamosa e Macedo (2015) apontam que:

[...]o foco de atuação está em quatro frentes de trabalho: redução de despesas, identificação das “melhores práticas” e eliminação dos “desperdícios”; aumento da eficiência da arrecadação, com técnicas modernas de análise e identificação de oportunidades para o combate à sonegação e omissões no recolhimento dos tributos (aumentar receitas sem aumentar impostos); aumento da eficiência operacional; planejamento estratégico com desdobramento de metas; e gerenciamento de projetos por meio de um método que seja estruturado e padronizado e que garanta um bom planejamento e o atendimento dos prazos e orçamentos estabelecidos (p. 369).

A justificativa para implementação nas redes de ensino municipais e estaduais envolveria a necessidade de reforma da administração pública com foco na gestão mais eficiente a partir do estabelecimento de metas e de instrumentos de controle sobre o trabalho escolar, de modo a possibilitar o desenvolvimento da educação, o que historicamente não tem acontecido (LAMOSA; MACEDO, 2015) sob a ótica do capital.

Segundo Lapa (2017, p. 76), no estado do Rio de Janeiro, “o Sistema de Gestão Integrada da SEEDUC-RJ é iniciado pela formulação do “marco referencial” de cada unidade

¹² Não foi objeto deste artigo aprofundar sobre a GIDE, para se aprofundar neste objeto recomendamos os estudos de Lamosa e Macedo (2015), Silva (2017) e Lapa (2017).

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

escolar, composto pelo “marco situacional”, “marco doutrinal” e pelo “marco operativo”. Todos esses marcos teriam como justificativa a pretensão de melhorar a gestão e os resultados do IDEB da rede estadual de educação do estado do Rio de Janeiro. Além disso, criou-se o “Índice de Formação de Cidadania e Responsabilidade Social (IFC/RS), formado pelas avaliações interna e externa, capacidade de autossustentação, condições ambientais e aspectos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem” (LAMOSA; MACEDO, 2015, p. 371).

Conclusão

Em síntese, compreendemos que a contrarreforma do estado do Rio de Janeiro ocorreu alinhada a contrarreforma do Estado brasileiro, sendo que o estado do Rio de Janeiro se tornaria um laboratório para aplicação de medidas de gerencialismo, para expansão do capital privado nas mais diversas áreas e para o avanço da austeridade fiscal, sobretudo ao firmar um acordo com o governo federal de ajuste fiscal.

Esse processo ocorreu de acordo com os interesses das frações de classe no poder, alterando as ações para atender as necessidades expansão do empresariado na ossatura do estado, através de privatizações e “parcerias”, financiamento ou redução de tributos. Além disso, dentro da própria estrutura do estado, houve inúmeras mudanças estruturais, com práticas gerenciais e enxugamento da máquina pública na prestação de serviços essenciais para a sociedade civil, assumindo uma lógica neoliberal produtivista no setor público.

No campo da educacional, isso ocorreu de forma relacional aos ajustes econômicos, políticos e sociais, instaurando paradigmas administrativos na gestão da rede estadual através do controle do trabalho docente, de resultados por avaliações internas e externas, de reformulações curriculares e de reorganização das escolas via “otimização”, visando o corte de despesas e o avanço das relações entre o público e o privado através das ditas “parcerias”, que teriam como objetivo formar um novo tipo de trabalhador ligado aos interesses do capital.

Finalizamos, apontando que esse processo ainda está ocorrendo dentro do sistema educacional do estado do Rio de Janeiro, com a ampliação de relações entre o público e o privado com APHs da classe burguesa, bem como a “necessidade” da implementação da Base

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Contrarreforma do Ensino Médio, que tem alterado a formação dos estudantes no estado do Rio de Janeiro.

Referências

COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], v. 49, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2383>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FRIGOTTO, G, A. *et al.* Plano de Metas da Educação do Rio de Janeiro: do economicismo ao cinismo. **Observatório jovem**, grupo de pesquisa da UFF, 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/plano-de-metas-da-educa%C3%A7%C3%A3o-do-rio-de-janeiro-do-economicismo-ao-cinismo> Acesso em: 15 jan. 2023.

GRAÇA, L. F. G.; SANTOS, G. M. S. Uma análise da produção legislativa durante os dois primeiros anos do governo Sergio Cabral: indicadores quantitativos e qualitativos em uma perspectiva comparativa. **1º Prêmio SEFAZ-SEDEIS**. Finanças públicas e Desenvolvimento econômico. 2009.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAMOSA, R.; MACEDO, J. A regulação do trabalho docente no contexto da reforma gerencial da educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v.10, n.20, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2288> Acesso em: 15 jan. 2023

LAPA, C. M. F. **A reforma do estado, novos modelos de gestão do trabalho escolar e a reação sindical docente**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2017. 165 f.

MAGALHÃES, R. M. C. A descontinuidade das políticas educacionais e a sua manifestação no estado do Rio de Janeiro na forma do currículo mínimo. V Seminário Discente Democratização de Políticas e Saberes: disputas em uma educação sob ataque, 2018, Niterói-RJ. **Anais do V Seminário Discente Democratização de Políticas e Saberes: disputas em uma educação sob ataque**, 2018. Disponível em: <https://xdocz.com.br/doc/anais-v-sem-disc-uff-2018pdf-jovmegx2e6ov> Acesso em: 15 jan. 2023.

MARTINS, A. S.; SOUZA, C. A.; PINA, L. D. Empresas sociais e a privatização de novo tipo da educação básica: um estudo sobre a relação público-privada em cidades de Minas Gerais-

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 183, dez. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7768076> Acesso em: 11 jan. 2021

NEVES, L. M. W. (Org). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9755> Acesso em: 20 de ago. 2018.

PINTO, F. A. C. D.; BRANCO, J. E. S. C.; AZEM, P. L. A reforma gerencial no estado do Rio de Janeiro. **II Congresso Consad de Gestão Pública**. 2009. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/02/A-REFORMA-GERENCIAL-NO-ESTADO-DO-RIO-DE-JANEIRO.pdf> Acesso em: 10 jan. 2023.

PINTO, E. C. Estado do Rio de Janeiro em convulsão: economia do petróleo, crise fiscal e avanço das milícias. **Brasil: incertezas e submissão?**. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2019. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/09/Brasil-incertezas-e-Submiss%C3%A3o-Epub1.pdf> Acesso em: 15 jan. 2023

SILVA, A. M. Precarização do trabalho docente e meritocracia na educação: o olhar empresarial dos governos e a resistência do professorado da rede pública do estado do Rio de Janeiro. **VII Simpósio Nacional Estado e Poder**, 2012, Uberlândia. VII Simpósio Nacional Estado e Poder: sociedade civil, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/055.pdf> Acesso em: 15 jan. 2023

SILVA, A. M. **A precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras**. Rio de Janeiro, 2018. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2018. 393 f.

SILVA, F. F. **O novo modelo de gestão escolar na rede estadual do Rio de Janeiro: agentes e agências**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. 2017. 153 f.

SOBRAL, B. L. B. Crise no Estado do Rio de Janeiro: diagnóstico e perspectivas. **Revista Econômica**, Niterói, v.19, n.1, p. 7-34, jun. 2017a. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/35008> Acesso em: 15 jan. 2023.

A CONTRARREFORMA GERENCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO

SOBRAL, B. L. B. A crise no estado do Rio de Janeiro entendida não apenas como uma questão financeira. **Geo UERJ**, [S.l.], n. 31, p. 34-63, dez. 2017b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/32056> . Acesso em: 15 jan. 2023.

SOBRAL, B. L. B. Finanças públicas fluminense e tensão federativa: Uma abordagem da crise a partir das especificidades econômicas e do marco de poder. **Síntese**: Revista da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, v. 13, p. 12-31, 2019.

SOBRAL, B. L. B. Impasse no modelo de desenvolvimento fluminense: o desafio de superar uma crise econômica e não apenas das finanças públicas. **Geo UERJ**, [S.l.], n. 36, fev. 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/47272>>. Acesso em: 15 jan. 2023.